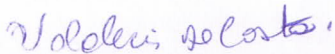


DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Com base nos documentos que instruem o Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026 e no Parecer Jurídico, reconheço a inviabilidade de competição e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 33/2026, com fundamento no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, para concessão de patrocínio à EDIMILSON ANTUNES VIEIRA - ARENA PAGONEJO, CNPJ Nº 24.914.985/0001-29, destinado ao apoio à realização do 2º CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE SOCIETY - TAÇA ALPESTRE, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos da Lei Municipal nº 3.023/2026, alterada pela Lei Municipal nº 3.028/2026, e do Decreto Municipal nº 2.451/2026.

Determino o prosseguimento do feito para formalização do Contrato de Patrocínio e demais providências legais.

Alpestre/RS, 15 de setembro de 2026.


VALDECIR DE COSTA
Prefeito Municipal em exercício



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

PARECER JURÍDICO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2026
PROCESSO Nº 100/2026

INTERESSADO: EDIMILSON ANTUNES VIEIRA– ARENA PAGONEJO
CNPJ: 24.914.985/0001-29

OBJETO: Concessão de patrocínio para 2º CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE SOCIETY – TAÇA ALPESTRE.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PATROCÍNIO Nº 02/2026

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Processo Administrativo de Patrocínio nº 01/2026, encaminhado a esta Assessoria Jurídica para exame da legalidade da concessão de patrocínio à **EDIMILSON ANTUNES VIEIRA – ARENA PAGONEJO, CNPJ: 24.914.985/0001-29**, destinado ao **2º CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE SOCIETY – TAÇA ALPESTRE**, previsto para os dias 18 de setembro a 27 de dezembro de 2026, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

A proposta apresentada é de grande relevância o evento para o município, por incentivar a prática esportiva, promover saúde, lazer e integração comunitária, além de valorizar atletas locais da região a fortalecer o esporte no município. O objetivo, é a promoção é prática esportiva e a integração entre atletas, equipes e comunidades de Alpestre e da região, por meio da realização do 2º Campeonato Municipal e Regional de Society Taça Alpestre, proporcionando uma competição organizada, saudável e acessível, com incentivo ao esporte, ao lazer e à convivência comunitária.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo procedeu à análise técnica da proposta, considerando, dentre outros elementos, a abrangência do evento, o interesse público, os benefícios esperados, a promoção institucional do Município, as contrapartidas oferecidas, a capacidade do proponente, o valor solicitado e a disponibilidade orçamentária,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

manifestando-se favoravelmente à concessão do patrocínio no valor de R\$ 15.000,00.

O evento foi enquadrado como Evento de Médio , com público estimado de 1000 pessoas e limite de patrocínio de R\$ 15.000,00, nos termos da regulamentação municipal.

Constam, ainda, dos autos do processo administrativo de patrocínio, orçamento, cronograma de execução, descrição das contrapartidas, análise técnica da Secretaria competente, indicação de disponibilidade orçamentária, documentação relativa à regularidade da entidade e certidões pertinentes, bem como a instrução da Inexigibilidade de Licitação nº 33/2026.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Do regime jurídico aplicável

A concessão pretendida encontra fundamento na Lei Municipal nº 3.023/2026, alterada pela Lei Municipal nº 3.028/2026, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2.451/2026, diplomas que disciplinam a concessão de patrocínio pelo Poder Executivo Municipal.

No âmbito das normas gerais de licitações e contratos administrativos, aplica-se a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que diz respeito à instrução e ao controle de legalidade da contratação direta.

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o processo de contratação direta deverá ser instruído, conforme aplicável ao caso, com os documentos necessários à caracterização da contratação, estimativa da despesa, parecer jurídico e pareceres técnicos, demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários, comprovação da habilitação e qualificação do contratado, razão da escolha, justificativa do preço e autorização da autoridade competente.

Da análise da documentação encaminhada, verifica-se que o processo contém os elementos necessários à apreciação jurídica da contratação, estando demonstrados o objeto, a finalidade pública, a entidade beneficiária, o valor, as contrapartidas, a disponibilidade orçamentária e a análise técnica da Secretaria competente.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

2.2. Do interesse público e da finalidade do patrocínio

O patrocínio administrativo pressupõe a existência de interesse público concretamente demonstrado, não se confundindo com mera liberalidade ou transferência de recursos sem finalidade pública definida.

No caso em exame, a Secretaria Municipal competente reconheceu expressamente a relevância do evento para a municipalidade, incentivando a prática esportiva, promoção da saúde, lazer, integração comunitária valorização atletas locais e da região e fortalecimento do esporte.

A proposta prevê, ainda, contrapartidas ao Município, compreendendo divulgação institucional nos materiais do evento, identificação do Município como patrocinador/apoiador, divulgação do apoio nas redes sociais, menção durante o evento, disponibilização de espaço para materiais institucionais, dentre outras medidas.

Há, portanto, finalidade pública identificada e contrapartida institucional compatível com a natureza do patrocínio, conforme avaliação realizada pela Secretaria competente.

2.3. Da inexigibilidade de licitação

O art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que é inexigível a licitação quando inviável a competição.

No caso concreto, a inviabilidade de competição decorre da própria individualização do projeto patrocinado.

O enquadramento decorre da natureza específica da relação de patrocínio pretendida, na qual o Município não busca selecionar, entre fornecedores concorrentes, a prestação de um serviço patrocinado, mas apoiar projeto determinado, previamente apresentado e aprovado, consiste na realização do **2º CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE SOCIETY – TAÇA ALPESTRE**, previsto para os dias 18 de setembro a 27 de dezembro de 2026, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

A concessão encontra amparo, na Lei Municipal nº 3.023/2026, alterada pela Lei Municipal nº 3.028/2026, e no Decreto Municipal nº 2.451/2026, que disciplinam especificamente a concessão do patrocínio pelo Poder



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

Executivo Municipal e estabelecem os requisitos para análise, formalização, execução, fiscalização e prestação de contas. A escolha decorre, portanto, de sua condição de proponente e responsável pela realização do evento especificamente reconhecido pela Administração como de interesse público.

Eventual competição entre terceiros não atenderia ao mesmo objeto, pois implicaria substituir o projeto e o evento concretamente analisados e aprovados pela Administração.

Nesse contexto, encontra-se juridicamente caracterizada a inviabilidade de competição necessária ao enquadramento da contratação no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições e características constantes dos autos.

2.4. Da razão da escolha

A escolha decorre de sua condição de proponente e responsável pela realização do 2º Campeonato Municipal e Regional de Society – Taça Alpestre, evento específico do projeto do patrocínio previamente submetido à Administração Municipal e aprovado pela Secretaria responsável.

A contratação direta encontra-se, vinculada à justificativa técnica, à aprovação do projeto e as demais manifestações constantes do Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026 que passam a integrar a instrução da presente inexigibilidade.

2.5. Da justificativa do valor

O valor do patrocínio foi fixado em R\$ 15.000,00, correspondente ao montante solicitado pela entidade e aprovado pela Secretaria Municipal competente.

Conforme a análise técnica constante dos autos, o evento foi classificado como Evento Municipal de Médio Porte, categoria para a qual a legislação municipal patrocinará o valor de R\$15.000,00.

O valor não decorre, contudo, da simples aplicação automática do limite máximo, encontrando respaldo no orçamento apresentado, nas despesas previstas para realização do evento, na abrangência estimada, nos benefícios esperados e nas contrapartidas oferecidas.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

Dessa forma, diante da manifestação técnica favorável da Secretaria competente e dos elementos constantes do processo, verifica-se justificativa administrativa para o valor do patrocínio.

No presente procedimento, a Administração justificou que não se está diante da escolha entre diferentes soluções disponíveis no mercado, mas de proposta individualizada de patrocínio, relativa a evento determinado, submetida a procedimento administrativo próprio disciplinado pela legislação municipal.

A análise de viabilidade, interesse público, abrangência, benefícios, capacidade do proponente, valor e contrapartidas foi realizada no âmbito do próprio Processo Administrativo de Patrocínio.

Assim, diante da justificativa expressamente juntada aos autos e das particularidades do objeto, não se identifica óbice jurídico à ausência de ETP, sem prejuízo da necessidade de observância dos demais requisitos pertinentes à contratação direta.

2.6. Da regularidade documental e orçamentária

Conforme documentação integrante dos autos, houve indicação da dotação orçamentária destinada à cobertura da despesa, estando consignado no Termo de Abertura do processo nº 100/2026, onde a Previsão, nº 2071 – despesa 3390.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Também foram apresentadas as certidões e demais documentos destinados à comprovação da regularidade da entidade.

Ressalva-se que a validade das certidões e a manutenção das condições de regularidade deverão ser verificadas por ocasião da formalização do instrumento, especialmente quando exigido pela legislação aplicável.

III – DO CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE

A presente manifestação possui natureza jurídica e se limita ao exame da legalidade do procedimento, não competindo a esta Assessoria substituir a avaliação técnica realizada pela Secretaria Municipal competente quanto à conveniência, oportunidade, relevância, abrangência do evento ou mérito administrativo da concessão.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Alpestre

Sob o aspecto jurídico-formal, os elementos apresentados demonstram a existência de legislação municipal autorizadora, interesse público previamente reconhecido, proposta individualizada, contrapartidas institucionais, justificativa do valor, disponibilidade orçamentária, documentação da entidade e caracterização da inviabilidade de competição.

IV – CONCLUSÃO

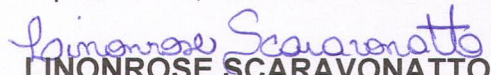
Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica manifesta-se FAVORAVELMENTE à legalidade do prosseguimento do Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026 e da Inexigibilidade de Licitação nº 33/2026, Processo nº 100/2026, com fundamento no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 3.023/2026, alterada pela Lei Municipal nº 3.028/2026, e no Decreto Municipal nº 2.451/2026, para concessão de patrocínio para **EDIMILSON ANTUNES VIEIRA – ARENA PAGONEJO, CNPJ: 24.914.985/0001-29**, destinado ao **2º CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE SOCIETY – TAÇA ALPESTRE**, previsto para os dias 18 de setembro a 27 de dezembro de 2026, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Entendo, portanto, pelo regular prosseguimento do feito, com submissão à autoridade competente para autorização/ratificação da inexigibilidade e posterior formalização do instrumento de patrocínio, observadas as exigências de publicidade e demais providências legalmente cabíveis.

A entidade patrocinada deverá observar integralmente as obrigações e contrapartidas assumidas, bem como proceder, após a execução do objeto, à correspondente prestação de contas, que será objeto de análise própria em momento posterior, não integrando o objeto do presente parecer.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Alpestre/RS, 15 de setembro de 2026.


LINONROSE SCARONATTO
Assessoria Jurídica
OAB/RS 62.637

**RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALPESTRE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PATROCÍNIO Nº 02/2026

OBJETO: CONCESSÃO DE PATROCÍNIO À EDIMILSON ANTUNES VIEIRA - ARENA PAGONEJO, INSCRITA NO CNPJ Nº 24.914.985/0001-29, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO 2º CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE SOCIETY - TAÇA ALPESTRE, MEDIANTE AS CONTRAPARTIDAS INSTITUCIONAIS APROVADAS PELO MUNICÍPIO, NO VALOR DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).

O servidor designado pela Portaria nº 20/2026, Sr. Tóleman Alan Picoli, ficou responsável pelo processamento da presente Inexigibilidade de Licitação, vinculada ao Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Municipal nº 3.023, de 29 de julho de 2026, alterada pela Lei Municipal nº 3.028, de 12 de agosto de 2026, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2.451, de 17 de agosto de 2026.

O Processo Administrativo de Patrocínio foi previamente instruído pela Secretaria Municipal de Administração, tendo sido analisada e aprovada a proposta apresentada pela empresa Edimilson Antunes Vieira - Arena Pagonejo, inclusive quanto ao interesse público envolvido, às características e abrangência do evento, ao valor do patrocínio e às contrapartidas institucionais oferecidas ao Município, conforme documentos e manifestações que integram os autos.

A partir da aprovação do projeto e de seu encaminhamento ao Departamento de Compras e Licitações, procede-se ao processamento da contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição decorrente das características próprias do objeto patrocinado e da vinculação da proposta à entidade responsável pela realização do evento.

Consigna-se que a atuação do servidor designado restringiu-se ao processamento administrativo da inexigibilidade, à conferência formal da documentação encaminhada, à organização dos autos e à adoção dos encaminhamentos administrativos necessários ao regular prosseguimento do feito, não lhe competindo a análise ou aprovação do mérito do patrocínio, a definição de seu valor, a avaliação do interesse público ou a escolha do projeto patrocinado, matérias já submetidas à apreciação dos setores e autoridades competentes na fase própria do Processo Administrativo de Patrocínio.



PATROCINADO

Edimilson Antunes Vieira - Arena Pagonejo

EVENTO: 2º Campeonato Municipal e Regional De Society – Taça Alpestre

VALOR DO PATROCÍNIO: R\$ 150.000,00 (quinze mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação direta será processada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual é inexigível a licitação quando inviável a competição.

O enquadramento decorre da natureza específica da relação de patrocínio pretendida, na qual o Município não busca selecionar, entre fornecedores concorrentes, a prestação de um serviço padronizado, mas apoiar projeto determinado, previamente apresentado e aprovado, consistente na realização do 2º Campeonato Municipal e Regional De Society – Taça Alpestre pela empresa Edimilson Antunes Vieira - Arena Pagonejo, mediante contrapartidas institucionais em favor do Município.

A concessão encontra amparo, ainda, na Lei Municipal nº 3.023/2026, alterada pela Lei Municipal nº 3.028/2026, e no Decreto Municipal nº 2.451/2026, que disciplinam especificamente a concessão de patrocínio pelo Poder Executivo Municipal e estabelecem os requisitos para análise, formalização, execução, fiscalização e prestação de contas.

RAZÃO DA ESCOLHA DO PATROCINADO E INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A escolha da Edimilson Antunes Vieira - Arena Pagonejo decorre de sua condição de proponente e responsável pela realização do 2º Campeonato Municipal e Regional De Society – Taça Alpestre, evento específico objeto do projeto de patrocínio previamente submetido à Administração Municipal e aprovado pela Secretaria responsável.

A inviabilidade de competição não decorre da inexistência abstrata de outras entidades ou eventos passíveis de receber patrocínio municipal, mas da individualização do objeto submetido à Administração. O interesse público reconhecido no Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026 consiste especificamente no apoio à realização do 2º Campeonato Municipal e Regional De Society – Taça Alpestre pela empresa Edimilson Antunes Vieira - Arena Pagonejo, com as características, programação, público, finalidade e contrapartidas constantes da proposta aprovada.

Dessa forma, uma eventual competição entre terceiros não atenderia ao objeto concretamente aprovado, pois não se pretende contratar genericamente a realização de evento cultural, tampouco selecionar fornecedor para execução de prestação

substituível, mas formalizar patrocínio institucional relacionado a evento determinado e promovido pelo respectivo proponente.

A contratação direta encontra-se, portanto, vinculada à justificativa técnica, à aprovação do projeto e às demais manifestações constantes do Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026, que passam a integrar a instrução da presente inexigibilidade.

JUSTIFICATIVA DO VALOR

O patrocínio será concedido no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme valor aprovado no Processo Administrativo de Patrocínio nº 02/2026, observados o orçamento apresentado pelo proponente, a análise realizada pela Secretaria Municipal responsável, as características e abrangência do evento, as contrapartidas institucionais estabelecidas e os limites previstos na legislação municipal.

O valor encontra-se dentro do limite legal aplicável ao enquadramento atribuído ao evento, não decorrendo automaticamente do teto previsto na legislação municipal, mas da análise específica realizada no processo de patrocínio quanto à adequação do montante solicitado ao projeto, aos benefícios esperados e às contrapartidas oferecidas ao Município.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

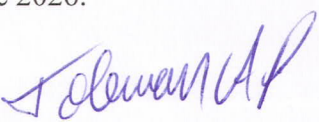
Projeto	2071 – PROVA RÚSTICA MUNICIPAL E ATIVIDADES DESPORTIVAS
Despesa	3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

ENCAMINHAMENTO

Concluído o processamento administrativo e organizada a documentação pertinente, encaminham-se os autos para análise jurídica quanto à legalidade da contratação direta e ao enquadramento da inexigibilidade de licitação no art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como quanto à observância da Lei Municipal nº 3.023/2026, da Lei Municipal nº 3.028/2026 e do Decreto Municipal nº 2.451/2026.

Nada mais havendo a relatar, foi lavrado o presente documento, registrando-se que a atuação do servidor designado se limitou ao processamento da inexigibilidade, organização da documentação e regular encaminhamento do processo aos setores e autoridades competentes.

Alpestre/RS, 15 de setembro de 2026.


TÓLEMAN ALAN PICOLI
Servidor Designado
Portaria nº 20/2026